

REFLEXÕES ACERCA DAS QUESTÕES DE GÊNERO NO CURSO PEDAGOGIA:
LICENCIATURA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL – MODALIDADE A DISTÂNCIA
Livia Monique de Castro **Faria** – Bolsista de Apoio Técnico a Pesquisa /FAPEMIG.
Universidade Federal de Lavras – UFLA
Ila Maria Silva de **Souza** – Professora adjunta do Departamento de Educação da
Universidade Federal de Lavras /UFLA
Agência Financiadora: FAPEMIG

1 O CONTEXTO DO CURSO

A Universidade Federal de Lavras integra o Consórcio Pró-Formar juntamente com a Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal de São João Del Rey, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual do Mato Grosso e ofereceram o Curso de Pedagogia: Licenciatura para Educação Infantil – modalidade a distância. Este curso é oferecido para licenciandas (os) de 9 (nove) municípios do Sul de Minas Gerais, a saber: Aguanil, São Francisco de Paula, Itutinga, Lavras, Santana do Jacaré, Carmo da Cachoeira, Perdões, Paraguaçu e Cambuquira que integram o Polo de Lavras. Nos municípios existem centros de apoio onde as (os) licenciandas (os) recebem atendimento pedagógico presencial e a distância. Neste curso a orientação pedagógica é oferecida por 11 (onze) orientadoras acadêmicas que, por sua vez, recebem orientação de especialistas em cada Fascículo a ser estudado, além do acompanhamento da coordenação geral do curso, sendo que as avaliações são realizadas em caráter presencial, ou seja, todas (os) se reúnem na cidade de Lavras para esta atividade.

O enfoque do presente trabalho é a problematização sobre questões relativas as relações de gênero no interior do referido curso, tendo em vista as temáticas: relações de poder, sexismo e o trabalho feminino. A metodologia utilizada para a coleta do material empírico foi da análise documental e da observação participante.

2 TRABALHO FEMININO E GÊNERO: ACENOS TEÓRICOS

Questionando os saberes instituídos como normais e/ou naturais, pretende-se problematizar o material empírico considerando os referenciais teóricos de e para gênero. Segundo Scott (1995, p.71), gênero é o “elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, que fornece um meio de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana”. Nesta definição a autora dá indícios de que o gênero é construído em um contexto

histórico, cultural bem como, nas relações inter e intrapessoais e também que este conceito se baseia no corpo e nas diferenças biológicas. Deste modo, como explicita Louro, (2006, p.6), “Problematizar a noção de que a construção social se faz sobre um corpo significa colocar em questão a existência de um corpo *a priori*, quer dizer, um corpo que existiria *antes* ou *fora* da cultura.”.

Então fazemos o questionamento: não seriam também *os sexos* um construto cultural? Seria o gênero a descrição de um corpo *neutro*?

Tendo em vista que, antes mesmo do nascimento a ideia que se tem de determinado corpo é concebida no interior de uma cultura, entende-se que “[...] o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou um ‘sexo natural’ é produzido [...]” (BUTLER, 2003, p.25). A perspectiva de que as principais diferenças entre homens e mulheres estão em seus corpos é marcante no processo histórico/cultural de situações discriminatórias com relação a pessoas do sexo feminino. Neste contexto, o próprio conceito de trabalho da economia política, concebendo trabalho produtivo remunerado, ocultava o trabalho social realizado na esfera doméstica. Tal noção, que passa pela divisão sexual do trabalho doméstico, implica em possibilidades diferentes de ocupação dos postos de trabalho por homens e mulheres.

Sobre os postos de trabalho ocupados por trabalhadoras, Bruschini (2007, p.559), esclarece: “[...] pela ordem, os setores do mercado de trabalho nos quais as trabalhadoras continuam encontrando maiores oportunidades de trabalho e emprego são a prestação de serviços, a agropecuária, o setor social[...]” Quanto ao setor de serviços, em 2004, ainda segundo Bruschini, era ocupado por aproximadamente 40% das trabalhadoras, “[...]em três subsetores, a saber, ‘educação, saúde e serviços sociais’, ‘serviços domésticos’ e ‘outros serviços coletivos, pessoais e sociais’.” Vejam que se trata de um universo de trabalho interligado a atributos ditos femininos, em termos de uma sociedade sexista e heteronormativa.

3 EDUCAÇÃO INFANTIL É COISA DE MULHER?

A provocação, neste momento, é para questionarmos no interior dos processos discursivo/culturais os indícios do que é aceitável ou não em termos dos setores do mercado de trabalho nos quais as trabalhadoras e os trabalhadores tem maior possibilidade de estar inseridos, fazendo um recorte na educação infantil.

O atendimento institucional a criança pequena no Brasil é garantido pela Constituição Federal de 1988, entretanto o objetivo deste atendimento foi, durante algum tempo, atender exclusivamente às crianças de baixa renda. Este fato colaborou, segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p.17), para “a existência de atendimentos de baixo custo, com aplicações orçamentárias insuficientes, escassez de recursos materiais; precariedade de instalações; formação insuficiente de seus profissionais e alta proporção de crianças por adulto.”

Neste contexto, uma das profissões nas quais as trabalhadoras tiveram oportunidade de se inserir é a profissão docente, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental e na Educação Infantil trabalhando com crianças de 0 a 5 anos de idade, de acordo com Bruschini, (2007, p. 566) “[...] nos níveis pré-escolar (95%), fundamental (88%) e médio (74%), [...]”. Ou seja, na pré-escola apenas 5% do corpo docente é constituído por homens. Entretanto, nem sempre tivemos este cenário com relação a Educação Infantil. Inicialmente os cargos referentes a profissão docente em nosso país eram ocupados por homens e de acordo com Ferreira (2008, p.78) “Por mais de dois séculos os membros da Companhia de Jesus investiram na educação das crianças[...]” e ainda diz que, “O magistério era de fato, uma profissão de homem e para homem.” Tendo em vista que, uma vez que as mulheres não podiam frequentar a escola, elas não recebiam formação para se tornarem professoras, mas como os homens foram atraídos em meados do século XVIII por outras profissões, e em meio a muitas mudanças sociais as mulheres chegaram a escola, primeiro como alunas e depois como professoras.

3.1 O CURSO DE PEDAGOGIA: LICENCIATURA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL – MODALIDADE À DISTÂNCIA: IMPLICAÇÕES DAS QUESTÕES DE GÊNERO

Em sua microestrutura, a dinâmica de funcionamento do curso é articulada a inúmeros fios que se entrecem neste movimento de e para formação de licenciados (as) em Pedagogia: Licenciatura para Educação Infantil é constituída majoritariamente por pessoas do sexo feminino. Assim, com relação as (aos) licenciandas (os) constatou-se que o Polo de Lavras é formado por 176 licenciandas (os), sendo que deste total uma pequena porcentagem é do sexo masculino. Como é possível perceber de acordo com o gráfico:

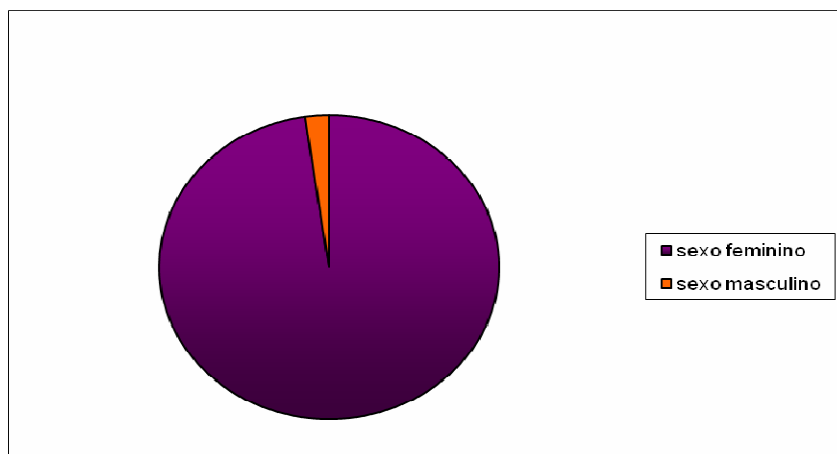


GRÁFICO 1: PROPORÇÃO ENTRE LICENCIANDAS E LICENCIANDOS

Tendo em vista o recorte histórico realizado anteriormente questionamos: este perfil está mudando?, estamos vivendo tempos de maior equidade de oportunidades para homens e mulheres?

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988 no artigo 5º do parágrafo 1º homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Entretanto ao que se refere a equidade de oportunidades principalmente com relação a ocupação de determinados cargos no mercados de trabalho é possível perceber que muitas mudanças vem acontecendo mas, “exercendo a mesma função e tendo o mesmo grau de escolaridade, a mulher segue recebendo menores salários que o homem” (FORMIGA, GOLVEIA E SANTOS 2002, p. 103). Com relação a Educação Infantil, se trata de um campo que inicialmente foi ocupado exclusivamente por homens e que posteriormente foi sendo ocupado por pessoas do sexo feminino, e esta ocupação se deu em um momento histórico marcado por profundas transformações nas funções sociais de homens e mulheres, entretanto as noções estereotipadas de ambos foram fortalecidas pelo seguinte argumento (dentre outros): “[...] a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação.” (LOURO, 2004, p. 450), e que a formação deveria ter como norteadores a “disciplina, moralização, higiene” (FERREIRA, 2008, p. 96).

Assim, com relação a Educação Infantil, bem como em outros postos de trabalho ocupados por pessoas do sexo feminino ainda ocorre a discriminação com relação aos papéis sociais desempenhados pelas mulheres, deste modo a relação que se faz, entre os sexos, valorizando e atribuindo maior capacidade aos homens é uma forma de sexismo.

Contudo, Formiga; Golveia; Santos (2002, p. 105) apontam que “[...] esta forma flagrante do sexismo parece estar condenada a sucumbir. Na sociedade atual, com sanções legais contra juízos e condutas discriminatórias em relação ao gênero, o sexismo parece estar tomando novos contornos.”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manter dicotomias com relação aos gêneros e sexos, e não considerar as complexidades: das relações pessoais, profissionais e institucionais é limitar as possibilidades de mudança nos padrões de normalidade.

A proposta é para (re)pensar, vivenciar novas experiências e continuar provocando a duvidar de tudo que é ou que se torna *natural*. Tendo em vista que no interior dos jogos de saber/poder: as relações entre trabalho e gênero, os postos de trabalho ocupados por homens e mulheres, a Educação Infantil, o curso de Licenciatura em Pedagogia para Educação Infantil, o gênero, o sexo, o sexismo são temáticas que se entrecruzam. Desta maneira o convite é para questionar: que contexto histórico?, que padrões de normalidade?, que espaços? e quais as possibilidades de criar outros espaços, outros contextos históricos favoráveis a equidade de oportunidades para todas/os. Deste modo, Foucault (2006, p. 415), diz que “É preciso, entretanto, observar que o espaço que hoje aparece no horizonte de nossas preocupações, de nossa teoria, de nossos sistemas não é uma inovação; o próprio espaço na experiência ocidental tem uma história [...]”. Assim, os espaços instituídos podem ser (re)inventados, (re)criados de tal forma que situações discriminatórias com relação a gênero, sexo, orientação sexual, não façam parte destes espaços.

5 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. v. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, José Luiz. **Homens ensinando crianças: continuidade-descontinuidade das relações de gênero na escola rural**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: 2008.

FORMIGA, Nilton S.; GOLVEIA, Valdiney V.; SANTOS, Maria Neusa dos.

Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 103-111, jan./jun. 2002.

FOUAULT, Michael. Outros espaços. In:_____. **Estética:** literatura e pintura, música e cinema. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Coleção Ditos & Escritos III. p.410 – 422.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. 2006. Disponível em: <<http://www.ded.ufla.br/gt23/trabalhos.html>>. Acesso em: 20 de junho de 2009.

LOURO, Guacira. Mulheres na sala de aula. In: PRIORI, Mary Del. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. 7ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 443- 481.

SCOTT, Joan W. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 2, n. 20, p.71-99, jul./dez., 1995.